

ATA DE REUNIÃO DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

Aos seis dias do mês de outubro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Uberlândia, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica de conflitos envolvendo ocupações urbanas no município, localizadas nos bairros Shopping Park I, II e III, Morada Nova e Zaire Rezende, em áreas do poder público municipal.

O Sr. João Batista da Fonseca, assessor do prefeito de Uberlândia, abriu os trabalhos informando que a reunião foi convocada com o objetivo de tratar das áreas de conflito localizadas nos bairros Shopping Park, Morada Nova e Zaire Rezende. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Fábio Leonel Borges, diretor de Patrimônio do município, que começou falando da ocupação Zaire Rezende, com ação judicial de 2013, reunindo aproximadamente 100 casas.

A palavra foi passada ao presidente da Mesa de Diálogo e Negociação, Claudius Vinícius Leite Pereira, que pediu prioridade na pauta para as ocupações que estão com ordem judicial de despejo. Esclareceu que a dilação de prazo para cumprimento da reintegração necessita de um pedido judicial com base em uma proposta concreta que justifique a prorrogação.

Atendendo à solicitação do presidente, o Sr. Fábio Borges citou o caso do Shopping Park, informando que o bairro tem duas áreas para as quais já foi expedido mandado de reintegração de posse, com planejamento pela Polícia Militar. Informou que as duas áreas têm aproximadamente 40 casas.

A palavra foi passada novamente ao assessor João Batista, que abriu espaço à manifestação dos moradores e de seus representantes na reunião.

O primeiro a falar foi Wender Adão da Silva, morador do Zaire Rezende, seguido por Aparecida Romasceno, moradora do Shopping Park, e de Erival, da Ocupação São Bento. Eles relataram o drama vivido pelas famílias nas ocupações e cobraram da Mesa e das autoridades locais uma solução concreta para o problema, evitando a reintegração de posse. Enfatizaram que a maior demanda da comunidade é ter uma alternativa digna de moradia.

Ao fazer uso da palavra, o Dr. Higino, advogado dos moradores das áreas com ordem judicial de reintegração de posse, ressaltou a importância do diálogo. Segundo ele, em Uberlândia existem atualmente cerca de 8.000 famílias em áreas ocupadas e que não aceitam reintegração de posse sem diálogo. Salientou que não há como exigir que os moradores do Zaire Rezende e do Shopping Park deixem as áreas ocupadas, argumentando que todos os processos têm problemas técnicos jurídicos graves, a exemplo de uma das ações que não tem sequer réu. O advogado sugeriu a legalização das áreas ocupadas por meio da regularização fundiária, evitando novas ocupações em áreas de preservação ou de risco.

Tiago Barbosa, morador da ocupação Zaire Rezende, afirmou que está ocupando por não ter condições de pagar aluguel e manter uma vida digna. Segundo Luiz Augusto, morador do Morada Nova, as comunidades querem pagar pelo terreno ocupado e o município pode usar esse recurso para aplicar em outras obras na cidade. Ele propõe que a Prefeitura faça a desafetação da área pública para a construção de moradias. O caminho para um acordo, a seu ver, seria a regularização das áreas ocupadas.

O vereador Ismael Costa propôs a criação de uma comissão de trabalho, com o objetivo de analisar caso a caso. Já o vereador Marcos Batista Gomes, relator da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Uberlândia, ressaltou a importância desse encontro, afirmando que a responsabilidade pelo agravamento dos conflitos envolvendo ocupações é do poder público. Segundo ele, não há fiscalização do patrimônio pelo município. Afirmou que a ocupação do bairro Morada Nova, por exemplo, já existe há mais de 20 anos e só agora o Ministério Público pede que a área seja desocupada. Na oportunidade, ele cobrou a presença de um representante do Ministério Público na reunião da Mesa.

O assessor João Batista ressaltou que a Mesa foi criada com o objetivo de promover o diálogo, buscando alternativas para a solução dos conflitos fundiários. Ponderou que é difícil resolver o déficit habitacional do município em curto prazo, mas admitiu avanços, citando o caso da ocupação Glória, que teve início na gestão anterior e está na iminência de ser resolvido. Ele sugere uma parceria do governo atual com os movimentos sociais, no sentido de requerer alternativas jurídicas junto à PMMG, principalmente nos casos de Zaire Resende e Shopping Park.

Ao fazer uso da palavra, o vice-prefeito Paulo Vitiello fez uma explanação em relação às ocupações que a gestão atual está empenhada em resolver, informando que serão construídas em torno de dez mil moradias em Uberlândia, com o intuito de reduzir o déficit habitacional do município. Afirmou ainda que a regularização da ocupação do Glória pela Prefeitura está em fase avançada.

O presidente da Mesa, Claudius Vinícius, enfatizou que a premissa do governador Fernando Pimentel é não fazer reintegração de posse sem oferecer uma proposta digna de moradia. No caso de Uberlândia, entre as propostas passíveis de acordo, afirmou que pode ser feita a regularização fundiária, sem remoção, onde isso for possível, promovendo o reassentamento nos locais onde essa alternativa não for viável, alertando que em áreas de proteção ambiental não é possível a permanência dos ocupantes, devendo ser observados os critérios legais.

Claudius Vinícius afirmou ainda que a grilagem de terra não é uma situação que ocorre apenas em Uberlândia, mas em quase todos os municípios do Estado. Optando-se pela solução de reassentamento, ele propôs a criação de um dispositivo como o bolsa-aluguel a ser concedido às famílias que precisarem deixar os locais onde a situação não for regularizada, até que sejam contempladas por um programa habitacional. Nesse sentido, ressaltou que o município tem demonstrado uma atuação positiva, investindo na redução do déficit habitacional, hoje estimado em 30 mil casas, com a construção de 10 mil moradias.

Claudius Vinícius afirmou que, em Belo Horizonte, o Ministério Público e o Cejus Social estão sempre presentes nas negociações, utilizando os instrumentos cabíveis para viabilizar a solução dos conflitos. Reafirmou que a Mesa pode pleitear na Justiça a prorrogação do prazo de reintegração, ressalvando, entretanto, que as proposições devem ter base legal. Segundo ele, a permanência dos moradores nas ocupações pressupõe que a área garanta a sua segurança. Acrescentou que, em áreas de ocupação muito antigas, a tendência é pela manutenção.

Segundo ele, a Prefeitura deve fazer uma proposta contemplando cada uma das áreas sujeitas à reintegração de posse no município, para que a Mesa de Diálogo possa apresentá-la na Justiça. Lembrou que a Mesa não pode obrigar que as partes envolvidas no conflito entrem em consenso, afirmando que sua ação é mediadora, no sentido de abrir espaço para a construção de um acordo, que é levado à Justiça, cabendo a cada parte o cumprimento do que for acordado. Enfatizou que a proposição a ser encaminhada ao Judiciário não pode ser entendida como uma forma de protelação, devendo sinalizar ao juiz a seriedade do acordo.

O assessor João Batista sugeriu como encaminhamento que seja designada uma equipe da Mesa para verificar “in loco”, nas áreas ocupadas nos bairros Zaire Rezende e Shopping Park, se existem moradias em locais de risco ou de APP e avaliar possíveis soluções, juntamente com os representantes das ocupações.

Em relação à ocupação São Bento, que tem reintegração marcada para o dia 13 de outubro próximo, o Capitão Robson informou que foi feita uma reunião na qual o município manifestou interesse na desapropriação. O juiz, entretanto, negou o pedido de suspensão da ordem judicial, mantendo a reintegração. Nesse caso específico, o procurador do município afirmou que as providências junto ao Judiciário já estão sendo tomadas pela Prefeitura e pela Procuradoria, ponderando, contudo, que os procedimentos são feitos de acordo com a lei e a ordem.

Encerrando a reunião, o presidente da Mesa propôs os seguintes encaminhamentos:

- Envolvimento mais efetivo da Secretaria de Habitação de Uberlândia na construção desse acordo.
- Indicação de dois representantes da Mesa (Hélcio Borges e Dalva Nascimento) para fazer uma vistoria em cada uma das ocupações, na próxima semana, com a presença de representantes da Prefeitura e das ocupações.
- O Município deverá formalizar uma proposta para a solução de cada caso, a ser apresentada na Mesa de Diálogo e Negociação e encaminhada ao Judiciário, na próxima semana, em razão da data marcada para a ação de reintegração de posse.

Uberlândia, 06 de outubro de 2015.